

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Serra

Class.: 05

Data: 31/10 a 1/11 de 1986

Pg.: _____

Amazônia ameaçada

GOVERNO SOFRE PRESSÕES PARA TIRAR DA GAVETA PROJETO QUE PODE TRANSFORMAR A AMAZÔNIA NUM GRANDE DESERTO.

RICARDO MEDEIROS, DE BRASÍLIA

A derrubada de 50 milhões de hectares de florestas da região amazônica poderá ser decidida, no dia 11 de novembro próximo, se as autoridades federais, cedendo a pressões de grupos nacionais e estrangeiros, reativarem projeto elaborado nos últimos dias do governo João Figueiredo e agora engavetado no Congresso Nacional.

O programa prevê a devastação de uma superfície igual à da Espanha e ligeiramente inferior à da França. Quando foi encaminhado ao Poder Legislativo, em 1978, o Projeto Figueiredo provocou uma reação imediata da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), OAB, CNBB, ABI, SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Associação dos Geólogos do Brasil e ABI

Em meados daquele ano, Figueiredo no poder, constituiu-se uma comissão interministerial, formada por representantes do IBDF, do Ministério da Indústria e do Comércio, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Interior, da Seplan e do Emfa, para discutir e apresentar sugestões em relação a uma política de exploração florestal. Daí surgiu o projeto enviado ao Legislativo.

Entre outras medidas, o projeto sugeria que se desse às empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, o direito de usar, durante determinado tempo, o potencial das florestas da Amazônia em áreas pré-delimitadas e mediante contratos de risco.

Em princípio, os prazos dos contratos de risco iriam de cinco a 20 anos, porque,

conforme decidiu na época a comissão interministerial, esta serra a única maneira possível de "facilitar a mobilização do imenso potencial da floresta amazônica, a expansão das madeiras beneficiadas para o mercado interno e externo e os controles dos recursos florestais do país".

A partir dessa decisão, o IBDF pôde iniciar um amplo esquema de contatos com outros organismos e mesmo com técnicos que admitissem a idéia de uma programação integrada, com ênfase na ocupação dos espaços da Amazônia.

De certa forma, o governo reconhecia o fracasso da política que pretendeu transformar a Amazônia em zona de atividade pecuária, destinada a substituir a exploração da principal riqueza da região - a floresta.

Entre os pronunciamentos feitos sobre o assunto, nenhum foi mais surpreendente, então, que o do Secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto:

- A riqueza florestal da Amazônia será, para o Brasil, daqui a alguns anos, o que é hoje o petróleo para os países árabes.

Paulo Nogueira Neto admitiu, até, a hipótese de que uma superfície de 100 milhões de hectares da Amazônia fosse derrubada. O Secretário do Meio Ambiente, ao defender a criação de florestas nacionais na região amazônica, alegou que idêntica política fôra adotada, com êxito, no Canadá, na Finlândia e nos Estados Unidos. Esquecia-se, porém, que as florestas destes países têm

características muito diferentes das nossas, tropicais.

Um dos técnicos que se insurgiram contra a intenção do governo João Figueiredo foi o sr. Flávio Garcia, da Superintendência de Ciências Agrárias do Conselho Nacional de Pesquisas.

Diante do engavetamento do Projeto Figueiredo, a Secretaria de Planejamento da SEMA elaborou um substitutivo. O documento, na realidade, não altera em nada os pontos fundamentais do projeto que, a rigor, deveria substituir. Apenas permite aos governos dos estados da região amazônica que opinem sobre os pedidos de concessões. Ao mencionar a derrubada de 50 milhões de hectares de florestas, o substitutivo refere-se ao aproveitamento racional das riquezas da região.

- Iniciado o processo de devastação - indaga Flávio Garcia - quem garantiria a sua orientação racional, quem garantiria a sustentação do que existe? O IBDF? A SUDAM? Quem sabe a SUNAB?

Lembra Garcia que o IBDF não dispõe de infra-estrutura nem para impedir a derrubada de florestas em regiões mais acessíveis do que a Amazônia. Acentua, adiante, que não existem estudos sérios, feitos por especialistas nacionais ou estrangeiros, capazes de definir - como pretende o substitutivo - uma estratégia de ocupação da Amazônia.

Flávio Garcia garante que o território do Estado de Rondônia teve, em poucos anos, mais de 10% de suas florestas devastadas de modo incontrolável.

- Portanto, a SEMA que espere. O mundo não vai acabar no próximo dia 11 de novembro.

O técnico do Conselho Na-

cional de Pesquisas acha indispensável que se ouça, no caso, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Ele teme que a implantação do substitutivo do governo José Sarney esteja sendo acelerada "de maneira estranha". Recentemente, além da defesa da exploração das florestas por quem deveria preservá-las corretamente (SEMA), foram publicados artigos em jornais poderosos defendendo a mesma tese - sempre sob a alegação de que o Brasil "deve tornar-se mais agressivo em relação ao mercado mundial de madeiras duras".

Outro aspecto que preocupa o técnico, é a responsabilidade por ele atribuída às autoridades governamentais, no sentido de que promovam, com as taxas que aufeririam dos concessionários dos contratos de risco, a recuperação das florestas derrubadas

- O que vão plantar no lugar das madeiras duras? - Indaga Flávio Garcia - Novas florestas de pinhos e eucaliptos?

Mas, entre todos os fatos que mostram o interesse de setores do governo na exploração imediata da floresta amazônica, está a transferência do local da reunião do dia 11, em que as autoridades governamentais vão decidir sobre o futuro da floresta amazônica. O encontro, inicialmente marcado para Brasília, foi transferido para Manaus, cidade mais distante dos organismos de pressão.

- Aproveitar os recursos naturais da Amazônia em benefício do país é uma decisão acertada. Mas não podemos permitir que isso aconteça em detrimento das futuras gerações e que a devastação da floresta leve à desertificação daquela região.